

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**  
**ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Cel Inf **ALLAN DANILO PAIVA SALAZAR**

**As contribuições da Operação Acolhida para a  
segurança e a defesa nacional no âmbito da Política  
Nacional de Defesa.**



Rio de Janeiro  
2021

CEL INF ALLAN DANILO PAIVA SALAZAR

**As contribuições da Operação Acolhida para a segurança e a defesa nacional no âmbito da Política Nacional de Defesa.**

*Policy Paper* apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para conclusão do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército.

Orientador: Cel R1 FERNANDO LUIZ VELASCO GOMES

Rio de Janeiro

2021

S161c Salazar, Allan Danilo Paiva.

As contribuições da Operação Acolhida para a segurança e defesa nacional no âmbito da Política Nacional de Defesa. / Allan Danilo Paiva Salazar. —2021.

42 f. : il. ; 30 cm

Orientação: **Fernando Luiz Velasco Gomes.**

Policy Paper (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

Bibliografia: f. 43 - 47

1. OPERAÇÃO ACOLHIDA. 2. SEGURANÇA. 3. DEFESA NACIONAL. 4. POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA. I. Título.

CDD 355.4

CEL INF **ALLAN** DANILO PAIVA SALAZAR

**As contribuições da Operação Acolhida para a segurança e a  
defesa nacional no âmbito da Política Nacional de Defesa.**

*Policy Paper* apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para conclusão do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de 2021.

Orientador: Cel R1 FERNANDO LUIZ VELASCO GOMES

**COMISSÃO AVALIADORA**

---

FERNANDO LUIZ VELASCO GOMES – Cel R1 – Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

ROGÉRIO DE AMORIM GONÇALVES – Cel R1 – Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

MÁRCIO TOMAZ DE AQUINO – Cel R1 – Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus por sua proteção e por ter me dado saúde, força, fé e uma família maravilhosa que me proporciona o apoio fundamental nessa caminhada.

A minha amada esposa, Daniela, que sempre está ao meu lado me apoiando imensuravelmente em todas minha trajetória pessoal e profissional, sendo na condução dos nossos filhos, seja de forma direta nas correções, orientações e sugestões oportunas dos trabalhos escolares. Ao meus filhos Davi e Lucas, pelo apoio e compreensão pela ausência nos momentos em que estive longe de seu convívio. Sem Deus e o amor de vocês, nada faria sentido, nada teria graça.

A minha querida cunhada Cristina Aziz pela atenção, apoio oportuno e o carinho de sempre.

Ao meu orientador, Cel R1 Velasco, pelo incentivo e liberdade que me concedeu para conduzir meu trabalho, sempre se disponibilizando para ajudar e tirar dúvidas.

## RESUMO

Este artigo tem por finalidade apresentar as contribuições da Operação Acolhida para a Segurança e a Defesa do Brasil no contexto da Política Nacional de Defesa (PND). Para melhor compreensão do assunto foi necessário dividir o trabalho em 5 partes – cada uma com um objetivo específico – que se complementam para o entendimento da amplitude do tema em questão. A introdução do trabalho descreve de forma sucinta a importância da região, particularmente o contexto político e socioeconômico do Estado de Roraima (RR) e discorre brevemente sobre a documentação nos níveis político, estratégico e tático que tratam dos conceitos e alcance das ações subsidiárias. A segunda parte enuncia as balizas metodológicas com os objetivos geral e específicos. Em seguida, define-se o entendimento e alcance da segurança e da defesa segundo a Política Nacional de Defesa (PND) e, a partir dela, delimitar as margens norteadoras das palavras Segurança Nacional e Defesa e suas relações de causa e efeito. O quarto capítulo apresenta o histórico, as peculiaridades e características da Operação Acolhida e a participação do Exército Brasileiro. O último capítulo expõe as contribuições da Operação Acolhida para a defesa no âmbito da PND, nas expressões do poder nacional. O artigo conclui que a Operação Acolhida, como ação subsidiária, produz inúmeros benefícios para a defesa do Brasil, refletindo em ganhos importantes para as Forças Armadas, em particular para o EB, e para a região mais setentrional da Amazônia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Operação Acolhida, Segurança, Defesa Nacional, Política Nacional de Defesa.

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar los aportes de la Operación Bienvenida a la Seguridad y Defensa de Brasil en el contexto de la Política de Defensa Nacional (PND). Para una mejor comprensión del tema, fue necesario dividir el trabajo en cinco partes, cada una con un propósito específico, que se complementan para comprender la amplitud del tema en cuestión. La introducción del trabajo describe sucintamente la importancia de la región Norte del país, en particular el contexto político y socioeconómico del Estado de Roraima (RR) y analiza brevemente la documentación a nivel político, estratégico y táctico que abordan los conceptos y alcances de las acciones subsidiarias. La segunda parte establece las pautas metodológicas, indicando los objetivos generales y específicos del presente trabajo. Luego, en la tercera parte, se define el entendimiento y alcance de la seguridad y defensa de acuerdo con la PND y, en base a ella, se delimitan los márgenes rectores de las palabras Seguridad Nacional y Defensa y sus relaciones de causa y efecto. El cuarto capítulo presenta la historia, peculiaridades y características de la Operación Bienvenida y la participación del Ejército Brasileño (EB). El último capítulo expone los aportes de la Operación Bienvenida a la defensa en el ámbito del PND, en las expresiones del poder nacional y en los objetivos de la defensa nacional. Finalmente, el artículo concluye que la Operación Bienvenida, como acción subsidiaria, produce numerosos beneficios para la defensa de Brasil, reflejando importantes avances para las Fuerzas Armadas, en particular para el EB, y para la región más septentrional de la Amazonía.

**PALABRAS-CLAVE:** Operación Bienvenida, Seguridad, Defensa Nacional, Política de Defensa Nacional.

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> -----	10
2	<b>METODOLOGIA</b> -----	14
2.1	PROBLEMA -----	14
2.2	ALCANCES E LIMITES -----	14
2.3	JUSTIFICATIVA -----	15
2.4	CONTRIBUIÇÕES -----	15
2.5	OBJETIVO GERAL -----	15
2.6	OBJETIVOS ESPECÍFICOS -----	16
2.7	HIPÓTESE -----	16
2.8	MÉTODO DA PESQUISA -----	16
3	<b>DEFINIÇÃO E ALCANCE DE SEGURANÇA E DE DEFESA CONFORME A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA</b> -----	17
3.1	SEGURANÇA E SEGURANÇA NACIONAL -----	17
3.2	SEGURANÇA NACIONAL E PLANEJAMENTO DE DEFESA -----	20
4	<b>A OPERAÇÃO ACOLHIDA</b> -----	25
4.1	CRISE VENEZUELANA E A MIGRAÇÃO -----	25
4.2	OPERAÇÃO ACOLHIDA -----	28
5	<b>CONTRIBUIÇÕES DA OPERAÇÃO ACOLHIDA PARA A DEFESA NACIONAL</b> -----	34
5.1	INTRODUÇÃO -----	34
5.2	CONTRIBUIÇÕES NA EXPRESSÃO MILITAR -----	36
5.3	CONTRIBUIÇÕES NA EXPRESSÃO ECONÔMICA -----	38
5.4	CONTRIBUIÇÕES NA EXPRESSÃO POLÍTICA -----	39
5.5	CONTRIBUIÇÕES NA EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL -----	39



5.6	CONTRIBUIÇÕES NA EXPRESSÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA ---	40
5.7	CONTRIBUIÇÕES DA OPERAÇÃO ACOLHIDA PARA A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA -----	41
6	<b>CONCLUSÃO</b> -----	42
7	<b>REFERÊNCIAS</b> -----	43

## 1 INTRODUÇÃO

A América do Sul possui aproximadamente 12% da superfície terrestre com 6% da população mundial. Neste subcontinente, com 48% da superfície, o Brasil possui uma posição relevante, com uma extensão territorial de 8.5 milhões de quilômetros quadrados, com cerca de 17 mil quilômetros de fronteira terrestre com dez países (FRANCISCO, 2021). Com essas características, as movimentações populacionais interna e externa são parte da história brasileira, integrando e construindo nossa miscigenada identidade nacional.

Historicamente, o Brasil se dispôs como um país de imigração e recebeu muitos fluxos ao longo de períodos históricos, fossem aqueles durante o período das guerras mundiais, ou mesmo de conflitos regionais ou crises domésticas que impulsionassem os indivíduos a sair, ou ainda as migrações de traço econômico, estimulados pela necessidade e busca de uma vida melhor (PAIVA; LEITE; MONFREDO, 2019, p. 115).

Atualmente, a Venezuela, país mais setentrional da América do Sul, enfrenta, internamente, uma crise política e socioeconômica, provocando a deterioração dos serviços básicos, escassez de alimentos e medicamentos, gerando tensões sociais e políticas, faceando manifestações populares e aumento da violência. Tal crise incitou um processo de migração venezuelana produzindo uma diáspora volumosa de venezuelanos (EVANGELISTA, 2017), e tomou tamanhas proporções que transbordou para o Brasil, ganhando relevância na agenda política nacional.

Inserido integralmente no domínio do ecossistema amazônico, o estado de Roraima apresenta características especiais, dentre as quais se podem destacar: menor densidade populacional entre os estados brasileiros; território localizado 100% na Calha Norte do rio Amazonas; só possui ligação terrestre interestadual com a cidade de Manaus-AM, pelo eixo da BR-174; não faz parte do Sistema Interligado Nacional (SIN) de energia elétrica; mais de 1900 km de fronteira seca com a Venezuela e a Guiana (Figura 1). Além disso, o estado conta com quase metade do seu território demarcado em Unidades de Conservação e Terras Indígenas, o que limita a quantidade de terras disponíveis para atividades econômicas e obras de infraestrutura, como se pode ver na figura 2. Ademais, estas terras demarcadas, em sua grande parte, são contínuas linhas de fronteira, o que compromete a segurança. Essas particularidades evidenciam a vulnerável posição geopolítica em que esse ente Federativo se encontra. Em paralelo, a Venezuela, com o governo socialista de



Comitê Federal de Assistência Emergencial (Decreto Presidencial nº 9.286), definindo a competência de cada órgão. Na sequência, o Ministro da Defesa expediu a Diretriz Ministerial de nº 3, de 28 de fevereiro de 2018, designando o Exército Brasileiro para planejar, coordenar e executar a Operação Acolhida, umas das mais importantes operações de ajuda humanitária da história do continente americano. Tal medida adotada pelo Governo Federal caracteriza a securitização da imigração e adota o conceito de segurança ampliada, elevando esse tema para a agenda política, baseando-se nos fundamentos preconizados pela Escola de Copenhague, na Política Nacional de Defesa e na Estratégica Nacional de Defesa.

Neste contexto as Forças Armadas, conforme descrito no Art. 142 da Constituição Federal/1988, como instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas sob a hierarquia e a disciplina, compostas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, têm, ao longo da história do Brasil, atuado em prol de demandas nacionais de espectro amplo e variado, indo da defesa nacional até as atividades subsidiárias. O Exército Brasileiro, como uma das forças singulares, sempre colaborou com o atingimento dos objetivos nacionais ao longo de sua história. Tal assertiva se confirma na evolução das constituições brasileiras: o Exército Brasileiro teve praticamente sempre a mesma missão constitucional, a partir de 1891 – a Defesa da Pátria e, também, a garantia das leis e da ordem.

As Forças Armadas passaram por uma evolução ou por, pelo menos, mudanças de função no Brasil, conforme o caminhar histórico brasileiro. Tendo isso em vista, tal setor já migrou no cenário brasileiro de principal à coadjuvante algumas vezes. Contudo, mesmo tendo entrado e saído do foco dos holofotes da política nacional, com exceção da constituinte de 1937, o Exército Brasileiro teve praticamente sempre a mesma missão constitucional (Alvarez, 2017, p.1) (...), qual seja, a Defesa da Pátria e a partir de 1891 a defesa das leis e da ordem também (...) (ALVAREZ, 2017, p.3)

Depois de mais de dez anos da CF/88, a Lei Complementar (LC) nº 97/99, que regulou o parágrafo 1º do Art 142 supracitado, estabeleceu as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas. Desta forma, no parágrafo único do seu Art 1º, da LC nº 97/99, está previsto que “sem comprometimento de sua destinação constitucional, cabe também às Forças Armadas o cumprimento das atribuições subsidiárias explicitadas nesta Lei Complementar”. Tais atribuições subsidiárias subdividem-se em gerais e particulares, e vêm precedidas da expressão “cooperar com o desenvolvimento nacional”. A atuação das FFAA é feita isoladamente ou com outros órgãos privados/públicos, nas três esferas

da administração. Desta maneira, a lei supracitada observa a legalidade das ações do Exército Brasileiro, com suas alterações, em seu artigo 16, legitimando o desenvolvimento regional como ação subsidiária por meio das ações de cooperação das Forças Armadas:

Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República. Para os efeitos deste artigo, integra as referidas ações de caráter geral a participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social. (BRASIL, 99).

O Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN) é outro documento que prescreve missões subsidiárias à Força Terrestre. Ao comentar a missão das Forças Armadas, cita que “cabe às Forças Armadas realizar atribuições subsidiárias para cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e outras finalidades específicas.” (LBDN, 2020, p.41); posteriormente, ainda no seu corpo, lista atribuições subsidiárias particulares para o Exército (BRASIL, 2020c, p.75).

Formulada quadrienalmente, a Política Nacional de Defesa (PND) é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional. Voltada essencialmente para ameaças externas, estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional (BRASIL, 2020b). Na esteira da PND, foi concebida a Estratégia Nacional de Defesa (END), que tem a finalidade de propiciar a implementação prática da PND. Resumidamente, a PND fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los; já a END estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política (BRASIL, 2020b).

Outro documento que coaduna com os anteriores sobre a atuação do Exército em ações subsidiárias é o Manual de Fundamentos EB20-MF-10.101. Este prescreve que a missão do EB é “defender a pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Apoiar a política exterior do país. Cumprir atribuições subsidiárias.” (EXÉRCITO, 2014). Consta ainda, nos fundamentos, que o Exército tem que estar permanentemente integrado à Nação, sendo um vetor de segurança e coesão nacional, paz interna e harmonia social.

Prosseguindo no estudo da atuação do Exército no intuito de fundamentar sua atividade em ações subsidiárias, a Doutrina Militar Terrestre (DMT) é outro manual

que preceitua os fundamentos, valores, concepções, táticas, técnicas, normas e procedimentos da F Ter. O compêndio foi estabelecido com a finalidade de orientar a Força no preparo de seus meios, considerando o modo de emprego mais provável, em operações terrestres e conjuntas (EB20-MF-10.102 – DMT). A DMT prevê que o emprego da F Ter pode ocorrer tanto em situações de Guerra quanto em situações de Não Guerra. Além disso, determina que o Exército deve cumprir suas atribuições subsidiárias gerais e particulares (EXÉRCITO, 2019).

Cabe ressaltar que o Manual de Campanha EB70-MC-10.223 – Operações ensina que a situação de não guerra é aquela na qual o poder militar é empregado de forma limitada, no âmbito interno e externo, sem que envolva o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias especiais. Neste contexto, normalmente, o poder militar será empregado em ambiente interagências (EXÉRCITO,2017).

## **2 METODOLOGIA**

### **2.1 PROBLEMA**

Identificar, dentro da PND, quais as contribuições da Operação Acolhida para a segurança e a defesa nacional.

### **2.2 ALCANCES E LIMITES**

O presente trabalho abordará a Operação Acolhida com foco nas contribuições que a mesma proporcionou – no intervalo avaliado pelo trabalho, da implantação da operação em março de 2018 até junho de 2021 – à segurança e à defesa nacional sob o prisma da Política Nacional de Defesa, envolvendo diversas expressões do poder. Ressalta-se que a expressão militar será mais detalhada no tocante aos ganhos para o Exército Brasileiro.

O espaço geográfico que o estudo abarcará será a região de fronteira Brasil-Venezuela com ênfase no Estado de Roraima, todavia seu caráter nacional não será desprezado, devido à relevância e ao impacto da crise humanitária. Cabe ressaltar que a Venezuela será citada, pois é um espaço essencial para entendimento da problemática.

O intervalo que o trabalho levará em consideração já foi citado anteriormente, entretanto os antecedentes serão explorados conforme a importância e necessidade de esclarecimento.

### 2.3 JUSTIFICATIVA

A partir do arcabouço documental supracitado, fica claro que as operações subsidiárias desenvolvidas pelo EB estão previstas nos níveis político, estratégico e tático. Isso evidencia uma realidade política e socioeconômica da sociedade brasileira. Assim, o histórico de ações desenvolvidas em situação de não guerra em prol da sociedade brasileira, realizadas pelo Exército Brasileiro, demonstra a importante participação da Força Terrestre em benefício da defesa e do desenvolvimento nacional.

Diante dessa realidade, o EB atua constantemente para a defesa do Brasil, conforme os entendimentos de defesa ampliada, constantes da PND. Além disso, essas operações empregam recursos fora do orçamento do EB e representam oportunidades para o EB se desenvolver e/ou aperfeiçoar as capacidades necessárias em tempo de paz. Sob esse prisma, este trabalho demonstrará as inúmeras capacidades desenvolvidas e aperfeiçoadas no EB durante a Operação Acolhida, deduzindo que um Exército capacitado e em constante emprego privilegia a defesa do Brasil.

### 2.4 CONTRIBUIÇÕES

O presente trabalho se propõe a levantar as contribuições da Operação Acolhida para a segurança e a defesa do Brasil, estas balizadas pela PND, nas diversas expressões do poder e particularmente na expressão militar, os ganhos voltados para o EB. Embora a Operação Acolhida seja subsidiária e num contexto de não guerra, este trabalho pretende demonstrar panoramicamente as contribuições da Operação para a Força Terrestre e, conseqüentemente, para a defesa nacional, sem custos para o orçamento do EB.

### 2.5 OBJETIVO GERAL

Identificar as contribuições da operação Acolhida para a segurança e a defesa nacional no âmbito da Política Nacional de Defesa.

## 2.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar a amplitude que a PND atribui à defesa nacional.

Descrever a Operação Acolhida.

Levantar as ações que contribuíram para defesa nacional por ocasião da Operação Acolhida nas diversas expressões do poder.

Elencar as capacidades desenvolvidas e aperfeiçoadas do Exército no planejamento e execução da Operação Acolhida.

## 2.7. HIPÓTESE

Embora a Operação Acolhida ser um ação subsidiária em um contexto humanitário e de não guerra, a mesma pode contribuir para a defesa nacional e, em particular, para o Exército Brasileiro na aquisição e aperfeiçoamento de capacidades.

## 2.8 MÉTODO DA PESQUISA

O presente trabalho realizará uma abordagem qualitativa, descritiva, explicativa e bibliográfica. A pesquisa é qualitativa, visto que requer procura de fontes de informações em diversas áreas de defesa e desenvolvimento. Descritiva porque vai discorrer sobre as características, organização e funcionamento da Operação Acolhida. Explicativa já que pretende evidenciar as ações da Operação Acolhida que refletem os ganhos para a Defesa no âmbito do desenvolvimento nacional e Exército Brasileiro. Bibliográfica porque terá sua fundamentação teórico metodológica baseada na investigação de documentos oficiais, livros, artigos, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas e *sites* de acesso livre ao público em geral.

Esta pesquisa obterá informação utilizando pesquisa bibliográfica de literatura (livros, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas e redes eletrônicas) de fontes confiáveis e com dados pertinentes aos propostos no referencial teórico. Nesta oportunidade, será feita a seleção da documentação que será utilizada para atingir os objetivos do trabalho. A experiência profissional pessoal também será relevante nessa pesquisa. Como integrante do primeiro contingente da Operação Acolhida, integrando a Célula de Operações e posterior chefia, tive a oportunidade de acompanhar as primeiras ações e a construção do conhecimento no emprego do Exército Brasileiro na Força Tarefa de Ajuda Humanitária, iniciada em Fev 2018, a qual recebeu, acolheu e interiorizou no Brasil milhares de migrantes venezuelanos em uma das maiores operações do gênero executada em território americano.



As conclusões decorrentes desta pesquisa permitirão mapear as ações realizadas pela F Ter na Operação Acolhida que geram impacto em duas vertentes: (1) proporcionam o aperfeiçoamento e desenvolvimento de capacidades que colaboram para que o Exército permaneça em constante estado de prontidão e (2) cooperam diretamente para o desenvolvimento nacional, fortalecendo a segurança e a defesa nacional.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, na qual fica evidenciada a procura subjetiva de fontes de informação, desde as rasas até as mais profundas, o tratamento dos dados se dará de forma não estatística. Em decorrência, serão empregadas as técnicas de análise de conteúdo, historiografia e o método comparativo. A análise de conteúdo permitirá obter significados apurados do conhecimento levantado.

O método escolhido possui limitações, haja vista que por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, estará restrita às consultas realizadas pelo autor, que buscará a maior variação possível. Entende-se como de extrema importância a seleção criteriosa das fontes a serem utilizadas no trabalho, a fim de se evitar que a análise subjetiva seja tendenciosa. Com isso, acredita-se que a metodologia escolhida permitirá alcançar com sucesso o objetivo final desta pesquisa.

### **3.DEFINIÇÃO E ALCANCE DE SEGURANÇA E DE DEFESA CONFORME A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA.**

#### **3.1 SEGURANÇA E SEGURANÇA NACIONAL**

Até hoje, não há consenso, entre os estudiosos, sobre o conceito de segurança. Há diferentes interpretações para definir o tema, sofrendo influência de variações ao longo do tempo, de acordo com a escola de pensamento, ou mesmo com a região geográfica ou país. Todavia, a Escola Superior de Guerra (ESG) ensina que o entendimento inicial de segurança está na percepção de garantia, proteção e/ou tranquilidade em face de obstáculos e ameaças.

Inúmeros autores vinculam a segurança como fator essencial à própria existência do Estado. Dentro dessa ótica, Hobbes (2002, p.142) explica que num Estado tratado como um organismo vivo, a segurança seria a capacidade de usufruto de suas riquezas e capacidades, frente aos outros Estados, logo, a finalidade dos Estados é a

segurança. Ainda nesse mesmo enfoque finalístico da segurança, Morgenthau (2003, p.43) abordou o conceito de segurança atrelando aos fins derradeiros dos povos e seus governantes.

Embora não seja categórico na definição de segurança, Morgenthau associa uma possível agressão externa à deficiência de segurança, o que levaria os Estados a constituírem Forças Armadas. Tal ensinamento robustece a percepção de Hobbes, constituindo uma afinidade entre segurança, ameaça e Estado, garantindo a inviolabilidade da soberania, dentro de um contexto westfaliano. Esta concepção foi adotada pela visão realista das Relações Internacionais e pela Guerra Fria (BRANDÃO, 2004, p. 40). Por outro lado, por influência dos fatos históricos, a globalização e o desenvolvimento científico e tecnológico criaram as condições necessárias para descortinar a consciência das pessoas sobre as novas ameaças que transcendem o Estado, alargando o sentido da segurança além da dimensão estadual-militar (BRANDÃO, 2004, 39-40).

Observa-se que os obstáculos e as ameaças estão intrinsecamente ligados ao entendimento de segurança. Neste mesmo sentido, Goldman (1978, p. 64) explica o entendimento da segurança nacional como um problema político que passa obrigatoriamente sobre a clareza da natureza da ameaça e as vulnerabilidades do objeto ao qual as ameaças são direcionadas. Nota-se que Goldman acrescenta, no âmbito do Estado, a diferença entre ameaça e vulnerabilidade. Tal distinção permite ao Estado aumentar sua segurança por meio da redução das vulnerabilidades e/ou enfraquecendo as fontes de ameaças. Desta maneira, dentro de um conceito amplo, pode-se definir a segurança como a ausência de ameaça. Para melhor definição de ameaça, Couto (1988, p 329) explica, de maneira simples e concisa, que a ameaça pode ser qualquer ato, em curso ou potencial, que vai de encontro à conquista de qualquer objetivo, causando normalmente danos tangíveis e intangíveis. Assim, atualmente, dentro do leque das ameaças e vulnerabilidades, há uma grande quantidade de definições com um caráter multifacetado e às vezes imprevisível dentro do sistema internacional globalizado, com vários modelos políticos, culturais e religiosos.

Hodiernamente, com a amplitude das ameaças, o conceito de segurança também sofreu alterações, dando origem basicamente a duas grandes correntes em estudos que defendem visões antagônicas quanto à amplitude de Segurança Nacional. Uma

tradicional, ou "estreita" e a outra ampliada ou "abrangente". A segurança tradicional é a política de segurança voltada principalmente para defesa da soberania, com ênfase na dimensão político-militar, estadual e externa. Contrapondo esta visão, Thomas (1987) ensina que a segurança ampliada não se restringe à dimensão militar, mas engloba toda a existência do Estado, como nos âmbitos das áreas alimentar, saúde, comércio e etc. Ressalta-se que as percepções, às vezes, são moldadas pela políticas setoriais determinadas pelos governantes.

Com a queda do Muro de Berlim e o fim da ordem bipolar, novas ameaças e atores, com perigos transnacionais e globais, apareceram no contexto internacional, deixando obsoleta a visão limitada de segurança da escola realista e, conseqüentemente, as fronteiras entram em revisão. Neste sentido, afloram as limitações do conceito clássico da segurança estrita à extensão militar e, por conseqüente, aparecem novas sugestões de conceito de segurança social (BUZAN, 1991). Sob esse novo prisma, a Escola de Copenhaguen entende que questões de segurança não são limitadas a questões militares, sendo que, na realidade, podem provir de cinco setores: ambiental, societal, econômico, político e militar. Reforçando essa nova abrangência da segurança, a ONU lança, em 1994, no Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o conceito de "segurança humana" em substituição à segurança centrada no Estado. Nesta ótica, o escopo principal do Estado, ou qualquer forma organizada politicamente, é o homem (pessoa humana) e não outros setores (militar, não-militar) (BRANDÃO, 2004, p. 51).

Desta maneira, a segurança, antes voltada frente a um inimigo previsível, passou a atuar na imprevisibilidade, moldando-se para fazer frente a riscos diversos e difusos na origem, na forma e nos atores. Neste novo cenário, com o alargamento inexorável da segurança, há uma tendência a inserir, em seu espectro, questões políticas, diplomáticas, culturais, ambientais, científico-tecnológicas, econômicas, crime organizado, saúde, movimentos migratórios, entre outros (BRANDÃO, 2004, p. 37).

As questões de segurança ganham contornos diferentes dependendo das ameaças percebidas por cada sociedade estatal. Desta maneira, a segurança está intrinsecamente atrelada ao nível em que se encontra o processo de formação do Estado, no qual a segurança está centrada (AYOUB, 1992, pp. 63-80). Logo a demanda por segurança será tão diferente quanto à situação em que o Estado se encontra, ou seja, o contexto dos níveis de formação e desenvolvimento dos países

apontará seus problemas e, conseqüentemente, norteará suas prioridades de segurança (AYOOB, 1995, p. 28).

Segundo Barry Buzan (1998), a concepção de Segurança Nacional é adotada quando a ameaça coloca em perigo a própria sobrevivência do Estado. Quando o Estado se vê diante de uma grave ameaça, justifica-se o uso de medidas extremas para neutralizar a ameaça (WAEVER, 1995, p. 17). Neste contexto, o Estado, por vezes, invoca a segurança nacional para legitimar o uso da força, conseguir a mobilização nacional ou requerer poderes especiais para neutralizar a ameaça. Esse recurso estatal leva a política a suplantiar as regras normais vigentes, artifício conhecido como securitização; destarte que a securitização é uma medida extrema da politização. Assim, teoricamente, qualquer tema poderá oscilar entre a não-politização, politização e securitização, basta haver (ou ser gerado) um vínculo entre dois acontecimentos e que ambos sejam articulados à segurança do Estado (BUZAN, 1998, 21).

### 3.2 SEGURANÇA NACIONAL E PLANEJAMENTO DE DEFESA

Diante do arcabouço teórico anteriormente avaliado, constata-se que a existência de um organismo estatal está intrinsecamente ligado à segurança, e que o próprio deverá providenciar a sua defesa para manter sua sobrevivência. Corroborando com a concepção do Estado, Alexandre Groppali (1968) entende que Estado é uma pessoa jurídica soberana, constituída de povo, território, sob o comando de um poder supremo, para fins de defesa, ordem, bem-estar e progresso social.

Portanto, o Estado deve definir suas políticas setoriais, incluindo a defesa, para fazer face às ameaças percebidas a fim de manter ou construir, interna ou externamente, um ambiente que corresponda aos seus interesses e valores mais importantes.

Dentro de um ordenamento estatal, a literatura é bastante vasta de conceitos e definições sobre a palavra defesa. Entretanto o Glossário das Forças Armadas explica que a defesa é um ação ou conjunto delas realizadas para obter, resguardar ou recompor a condição reconhecida como de segurança (BRASIL, 2015, p. 84). Resumidamente a ESG esclarece que “segurança é sentimento e defesa é ação”,

sendo a segurança nacional a proteção da sociedade como um todo (ESG, 2020 p.150). Essa abrangência dada à Segurança Nacional pela ESG é reforçada por Stephanie Neuman (1984, p.7), que mostra uma estrutura hierarquizada, colocando nos níveis inferiores os demais setores políticos subordinados ao maior grau de importância para uma Nação. Portanto, todas as políticas setoriais – saúde, impostos, comércio exterior, agricultura, imigração, educação, defesa – expressam necessidades, interesses, políticas e aspirações nacionais, que se encontram debaixo do arcabouço da segurança nacional.

Após uma prospecção de cenários de curto e longo prazo, o Estado deve definir seus interesses nacionais para fundamentar a política de defesa e depois identificar quais as ameaças aos interesses anteriormente elencados. Na sequência, levantar seus objetivos, os quais irão determinar as políticas e a destinação dos recursos (FLOURNOY, 2001, pp. 10-11). A próxima fase seria estabelecer a estratégia, delegando as responsabilidades a cada ministério. Esta definição de cada ministério é extremamente importante, pois traz a racionalização, evitando a sobreposição de esforços, e facilita e induz a sinergia entre os diversos setores governamentais. Somente após as responsabilidades definidas, o Ministério da Defesa (MD) poderá estabelecer suas capacidades para cumprir suas missões como órgão de defesa do Estado (JORDAN *et al*, 1999, pp. 189-197).

Destarte, o Estado é o principal provedor da defesa e segurança da Pátria, proporcionando à sociedade as condições necessárias para dedicar-se livremente ao próprio desenvolvimento e progresso (BRASIL, 2012b). Nesse contexto, o Brasil possui, dentro de sua estrutura política, o Ministério da Defesa, órgão do Governo Federal, criado pela LC 97, em 9 junho de 1999, que tem como responsabilidade exercer a direção superior das Forças Armadas e de assessorar de forma direta o Presidente da República nos assuntos e providências relacionados ao preparo e emprego conjunto e singular das Forças Armadas, ao orçamento, organização, legislação e aos assuntos que se destinam a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o planejamento da Defesa Nacional, dentre outros. Para isso, o MD conta com uma estrutura de assessoramento, a qual é composta pelo Gabinete do Ministro (GM), o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) a Secretaria Geral (SG), o Conselho Superior de Governança do Ministério da Defesa

(CSGMD) e os Comandos da Marinha (CMAR), do Exército (CEX) e da Aeronáutica (COMAER). Nessa estrutura, o órgão cuja essência está diretamente ligada à atuação no preparo e emprego conjunto e singular das Forças Armadas é o EMCFA (BRASIL, 2021).

Neste mister, o MD formula e desenvolve as políticas brasileiras em matéria de segurança e defesa e como se dá o arranjo nas políticas setoriais do Estado (RUDZIT; NOGAMI, 2010), por meio da atualização quadrienal da Política Nacional de Defesa (PND), a qual o poder executivo apresenta para aprovação ao Congresso Nacional. Esse documento é o principal diploma de planejamento da defesa do País e estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa, que interessam a todos os segmentos da sociedade brasileira e se baseiam nos fundamentos, objetivos e princípios constitucionais, coadunados com as aspirações nacionais e as orientações governamentais (BRASIL, 2012c). Além disso, a PND especifica os conceitos de Segurança e de Defesa Nacional e condiciona as ações destinadas à defesa nacional, estabelecendo objetivos e orientações para preparo e emprego dos setores militar e civil, visando à defesa nacional. A fim de obter um direcionamento prático da PND, foi estabelecida a Estratégia Nacional de Defesa (END) com orientação sistemática e com medidas de implementação. Em suma, a PND estabelece os objetivos de defesa nacional e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los e a END estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política (BRASIL, 2012a).

Diante da importância da Política Nacional de Defesa (PND) como balizadora, no âmbito nacional, do assunto de defesa e deste trabalho, cabe explicar resumidamente suas partes. Assim, a PND atual está estruturada em cinco partes, das quais a primeira é introdutória, a segunda trata do contexto, a terceira cita a concepção, a quarta relata os objetivos e por fim as considerações finais. Nesta ótica, a seguir será explicada de forma resumida cada parte.

A introdução cita a importância do Brasil no cenário mundial e seu histórico de privilegiar a paz e defender o diálogo e as negociações para a solução das controvérsias. Além disso, o país busca iniciativas para orientar os esforços de todas as expressões do Poder Nacional e da sociedade brasileira para aglutinar capacidades em nível nacional.

A segunda parte, que trata sobre o contexto da política nacional de defesa, inicia com os fundamentos, entre os quais destaco a integração e articulação de todas as expressões do poder e a defesa do país como fator indissociável de seu desenvolvimento. Nas relações internacionais, prima pelo esforço diplomático-militar estabelecendo a América do Sul como área prioritária.

Ainda no capítulo dois, há as premissas sobre o contexto nacional e internacional. No primeiro, a PND cita a tradição brasileira em valorizar e promover a convivência harmoniosa entre os países. No contexto da defesa, as fronteiras demandam constante vigilância, atuação coordenada entre os órgãos de defesa e os de segurança pública, cuja prioridade é a região amazônica. Ressalta também que os locais no interior com vazios demográficos e baixos níveis de atividades econômicas são desafios para a Segurança e Defesa nacionais.

No contexto do ambiente internacional, o país busca a cooperação entre os países Sul-americanos para a solução de problemas comuns, conscientizando-se de que as Forças Armadas poderão ser requisitadas para participar de missões de ajuda humanitária. Desta forma, o Brasil deve manter ações alinhadas e indivisíveis de todos os setores governamentais para exercer plenamente sua soberania e sua capacidade de dissuasão.

Na terceira parte da PND são elencados os pressupostos da concepção política de defesa. Assim, destaca-se a necessidade de manter as Forças Armadas motivadas, preparadas e equipadas, visando o cumprimento das missões constitucionais e sustentação de sua capacidade dissuasória. Além disso, promover a proteção da Amazônia brasileira e sua maior integração com as demais regiões do País e cooperar com os países sul-americanos.

No quarto capítulo, fruto das análises e estudos dos contextos nacionais, internacionais e da concepção, são apresentados os objetivos nacionais de defesa, os quais devem ser perseguidos e mantidos pela nação brasileira.

Diante deste arcabouço de idéias sobre política de defesa, Flournoy e Tangredi (2001, pp. 137-139) ensinam que para que os objetivos da Política de Defesa sejam traduzidos em ações de defesa pelos setores militar e civil, faz-se necessária uma estratégia que contenha todo o planejamento das prioridades para os respectivos

envolvidos na defesa. Destaca-se que a estratégia definirá as escolhas das prioridades e onde admitirá riscos, pois não existe planejamento capaz de eliminar todos os riscos. Cabe ressaltar que as opções estratégicas são influenciadas pelo contexto cultural condicionando as percepções e afetando as decisões e o como fazer (REIS, 2013).

Neste contexto, a Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa, ambas de 2020, revelam uma visão ampliada de segurança, que passa a abranger outros setores, conforme preconizam a Escola de Copenhague e Stephanie Neuman, dentre outros anteriormente citados. Ambos os documentos são importantes para compreender como o Brasil formula e desenvolve suas políticas em matéria de segurança e defesa nos diferentes setores estatais (RUDZIT; NOGAMI, 2010).

Para reforçar a assertiva acima, PND e END elencam diferentes abordagens em partes distintas que deixam claras evidências do conceito amplo de segurança. Desta forma, seguem algumas citações da PND. Na introdução prescreve: “A complexidade do tema demanda que se articulem as ações do Ministério da Defesa com as de outros órgãos do Estado e da sociedade brasileira.” Nos fundamentos tem-se: “A defesa do País é indissociável de seu desenvolvimento [...]”. Outra citação que envolve demais setores no leque da defesa: “[...] apto a exercer plenamente sua soberania e sua capacidade de dissuasão. Essa condição demanda ações alinhadas e indivisíveis de todos os setores governamentais.” Essas passagens reforçam a noção de segurança ampliada adotada pela PND (BRASIL; 2020b).

Neste mesmo sentido, já na introdução, a END também contém excertos que evidenciam os princípios de segurança ampliada:

Fundamentada na PND, a END define, de forma clara e objetiva, as estratégias que deverão nortear a sociedade brasileira nas ações de defesa da Pátria. Trata das bases sobre as quais deve estar estruturada a defesa do País, assim como indica as articulações que deverão ser conduzidas, no âmbito de **todas as instâncias dos três Poderes** e a interação entre os diversos escalões condutores dessas ações com os segmentos não governamentais do País (BRASIL; 2020a, grifo nosso).

Nos fundamentos, tem-se a definição da capacidade nacional de defesa (CND) que retrata claramente a segurança ampliada, conforme consta abaixo:



São consideradas CND aquelas compostas por diferentes parcelas das expressões do Poder Nacional. Elas são implementadas por intermédio da participação coordenada e sinérgica de órgãos governamentais e, quando pertinente, de entes privados orientados para a defesa e para a segurança **em seu sentido mais amplo** (BRASIL; 2020b, grifo nosso).

Nessa mesma esteira, o item 2 – Fundamentos da PND vincula claramente a defesa nacional com a segurança nacional, conforme citação abaixo. Tal assertiva da PND trata de uma relação indissociável para o Estado Brasileiro, reforçando todo o arcabouço teórico citado anteriormente,

Portanto, a PND contribui com a percepção de **Segurança Nacional, entendida como a condição que permite a preservação da soberania** e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, a despeito de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais (BRASIL; 2020b, grifo nosso).

Outra demonstração inconteste de segurança em um contexto amplo, reforçando o que já foi citado anteriormente, está no texto introdutório da PND que expande a responsabilidade da Defesa Nacional para todas as expressões do Poder Nacional, as quais englobam as seguintes expressões: Política; Econômica; Psicossocial; Militar; e Científico-tecnológica. Conforme citação abaixo:

A PND é o documento condicionante de mais alto nível para o planejamento de ações destinadas à defesa do País. Voltada prioritariamente para ameaças externas, **estabelece objetivos para o preparo e o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional.** (BRASIL; 2020, p7, grifo nosso)

Diante dessas citações, fica claro que os documentos de mais alto nível destinados a defesa demonstram que a segurança nacional engloba todos os setores de um Estado. Nesse contexto, todas as ações que colaboram, de forma direta ou indireta, com o desenvolvimento nacional, também auxiliam no fortalecimento da defesa nacional voltada para a segurança nacional (BRASIL; 2020).

## **4 OPERAÇÃO ACOLHIDA**

### **4.1 CRISE VENEZUELANA E A MIGRAÇÃO**

O deslocamento humano é um fenômeno que faz parte da história da humanidade, marcando a evolução natural das civilizações (MILESI, 2012). O fluxo de pessoas é denominado de migração, que, resumidamente, constitui o movimento populacional, simbolizado pela travessia de uma fronteira internacional ou de um

Estado, independente da extensão, da composição ou das causas (MIGRAÇÕES, 2009). Esse fenômeno se intensificou nas últimas décadas tornando-se uma realidade na arquitetura global.

Os estudos sobre migração são complexos e se distinguem quanto às diversas causas dos fluxos migratórios, que podem ser motivos econômicos, sociais, culturais, políticos e etc. Normalmente, os Estados debilitados apresentam economias fragilizadas e misérias de toda ordem, resultando violações dos direitos humanos. Tal situação provoca uma associação de migração e asilo, tornando difícil separar migrantes econômicos de refugiados (CASTLES, 2004, p. 211).

Desde 2014, a Venezuela vem sofrendo uma deterioração econômica, política e social, resultando em colapso dos serviços públicos, desabastecimento de alimentos, medicamentos e outros produtos de consumo básicos e em contínuas interrupções de fornecimento de energia em todo o país. Neste cenário caótico, houve elevação das tensões sociais gerando manifestações populares, as quais, normalmente, terminavam em conflitos violentos entre população e forças de segurança. Essa degradação das condições socioeconômicas desencadeou o transbordamento da crise para outros países através, sobretudo, do fluxo migratório de venezuelanos em busca de melhores condições de vida.

O atual cenário da Venezuela provocou a maior diáspora do país, criando uma crise regional sem precedentes para a América Latina. Localizada na parte mais setentrional da América do Sul, a República Bolivariana da Venezuela tem uma fronteira terrestre de aproximadamente de 5.161 Km, deste total, tem 2.219Km com a Colômbia a oeste, 2199Km com o Brasil a sul e 743Km com a Guiana a leste. Desta forma, o Brasil figura como um dos principais destinos desse fluxo migratório. Alguns fatores colaboram com esse movimento em direção ao Brasil, cujos principais são: ligação rodoviária entre Caracas (Rota-10) e Manaus (BR 174); ponto vivificado na fronteira (cidade de Pacaraima/RR); pré-existência de interações socioeconômicas na região e percepção dos venezuelanos do improvável fechamento da fronteira por parte do Brasil (VAZ, 2017).

Desta maneira, na busca por melhores condições de vida, a partir de 2014, o número de venezuelanos que cruza a fronteira em direção ao Brasil vem crescendo vertiginosamente. A maioria dos migrantes venezuelanos entra pelo Município de

Pacaraima/RR e se desloca para demais cidades e Estados do Brasil, mas o Estado de Roraima retém a grande massa de imigrantes. Tal fato sobrecarregou os serviços públicos, sendo a saúde e a segurança os mais afetados, e saturou o mercado de trabalho local, gerando inúmeros impactos socioeconômicos indesejáveis na região. Este cenário motivou tensões sociais entre os habitantes locais e os migrantes venezuelanos.

Diante dessa realidade, em outubro de 2016, o governo de Roraima criou o Gabinete Integrado de Gestão Migratória – (GIGM), por meio do Decreto Nº 22.199 de dezembro de 2016, com a finalidade de planejar e executar ações de controle e assistência econômica aos imigrantes venezuelanos que adentravam ao estado de Roraima, e em dezembro do mesmo ano estabeleceu a emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em Boa Vista e Pacaraima (RORAIMA, 2016). Em fevereiro de 2018, o governo federal reconheceu a situação caótica do Estado de Roraima assinando a Medida Provisória (MP) Nº 820, que determinava a assistência emergencial para acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade provocada pelo fluxo migratório. Na sequência, a fim de normatizar tal MP, foram exarados os Decretos Presidenciais Nr 9.285 e 9.286, que, respectivamente, reconhece a crise socioeconômica e cria o Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. O Comitê contava com uma composição multidisciplinar e interministerial, conforme a figura 2, no qual o Ministério da Defesa ficou como responsável pela secretaria executiva e a coordenação administrativa.

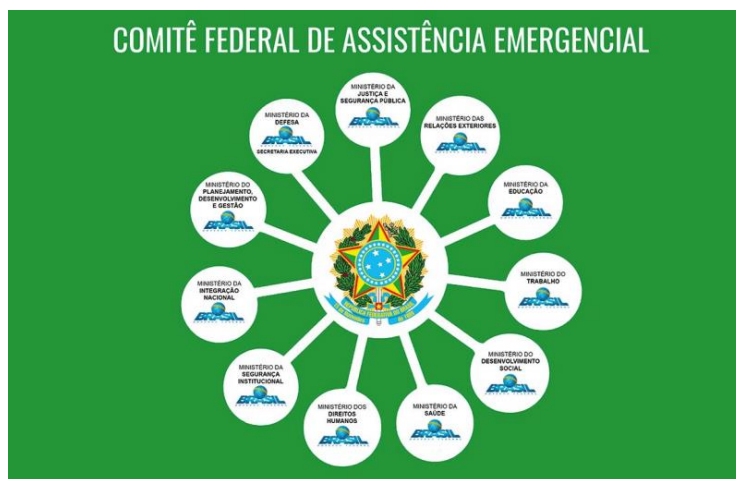


Figura 2: composição do Comitê Federal de Assistência Emergencial  
Fonte: MARIMÓN, 2017.

Em decorrência dos decretos, o Ministério da Defesa publicou as Diretrizes Ministeriais nº 03 e 04 de 2018, estabelecendo parâmetros e responsabilidades para a execução das Operações Acolhida e Controle, visando, respectivamente, ao acolhimento humanitário de imigrantes venezuelanos no estado de Roraima e à intensificação da vigilância da linha de fronteira Brasil-Venezuela. Nesse mister, nomeou-se como gestor operacional um General de Divisão para conduzir as ações emergenciais de ajuda humanitária no Estado de Roraima, utilizando para isso o vetor militar em conjunto com órgãos e agências nacionais e estrangeiras.

Assim, constata-se que a intervenção Federal em Roraima caracterizou a securitização do problema provocado pelo fluxo migratório venezuelano, o qual extrapolou a capacidade do Estado de Roraima em absorver e gerir, isoladamente, as demandas geradas. Cabe ressaltar que a utilização de Forças Armadas em operações humanitárias vem crescendo nas últimas décadas, tornando essa atividade mais uma atribuição característica dos exércitos da atualidade (MOSKOS; WILLIAMS; SEGAL, 2000, p. 25).

#### 4.2 OPERAÇÃO ACOLHIDA

Conforme consta na Diretriz Ministerial número 03 do MD, o Exército Brasileiro recebeu a missão de planejar, coordenar e executar a resposta do Estado Brasileiro à crise humanitária decorrente do vertiginoso aumento de migrantes venezuelanos em Roraima. Examinada a situação existente, e nomeado o Coordenador Operacional, este acionou seu Estado-Maior que elaborou o Plano Operacional da Operação Acolhida para o Estado de Roraima, dividindo os esforços entre a Força Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum) e a Força Aérea Componente. Desta forma, grande parte do planejamento se pautou na experiência e doutrina das Forças Armadas, podendo ser classificada como operação humanitária, conjunta e interagências (PINHO, 2019, p. 30), que objetiva o acolhimento humanitário que se traduz em recepcionar, identificar, triar, imunizar, acolher e realocar imigrantes venezuelanos, acontecendo em três frentes de atuação: o ordenamento da fronteira, o abrigo e a interiorização (CERÁVOLO, 2019, p. 68).

Durante a análise da missão, verificou-se a necessidade de trabalhar nos níveis municipal, estadual e federal, buscando a integração e cooperação entre eles e todos os ministérios e agências, de modo a distribuir tarefas por competências funcionais e constitucionais, buscando assim a sinergia a fim de solucionar o problema da melhor forma (CERÁVOLO, 2019, p. 67). Neste mister, a Força-Tarefa Logística Humanitária conduz a Operação Acolhida para oferecer assistência emergencial aos imigrantes venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima em situação de vulnerabilidade e desassistência. Na estrutura, os esforços principais foram concentrados em Pacaraima, Boa Vista e Manaus, sendo os dois primeiros municípios os mais afetados pelo fluxo migratório. Nessa ótica, as bases e abrigos foram montados visando amenizar os impactos das consequências negativas da crise instalada nestes municípios.

Essa Força-Tarefa conta com um contingente de aproximadamente 500 (quinhentos) militares das três Forças, a qual atua em sistema de rodízio de aproximadamente cinco meses, sob coordenação de um General de Divisão do Exército Brasileiro e se organizou conforme o organograma representado na figura 3, abaixo:

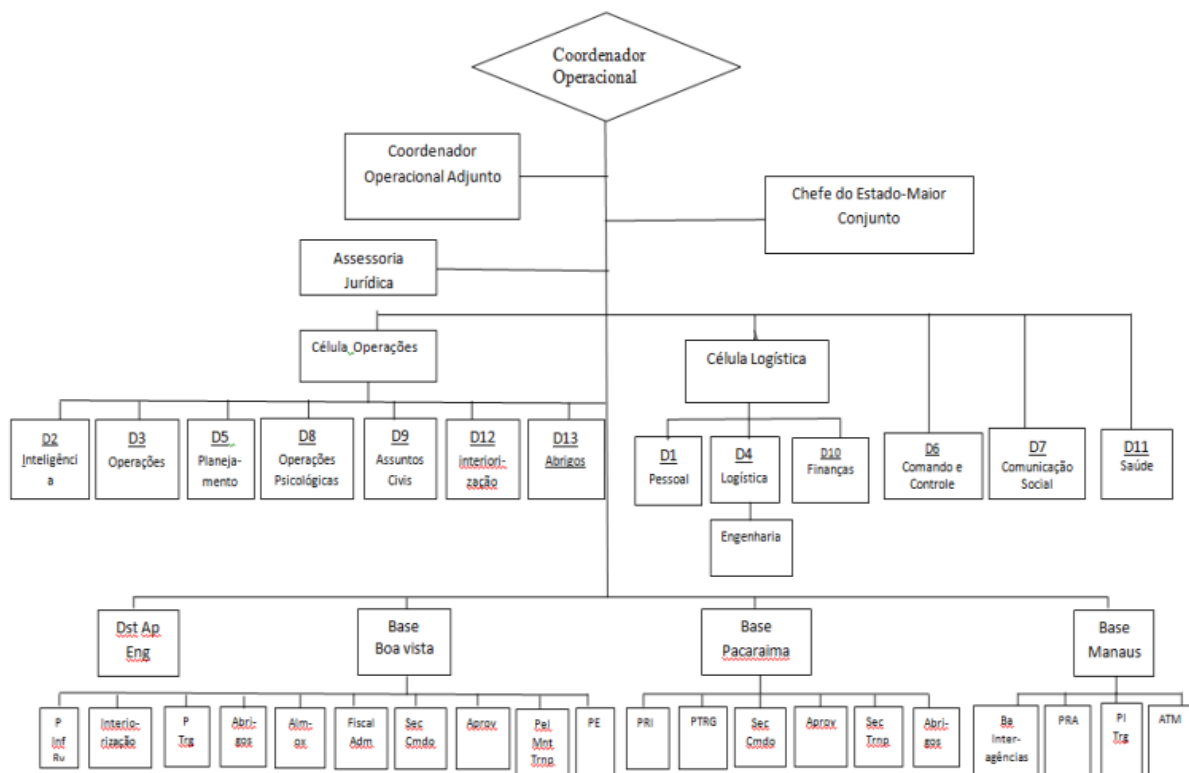


Figura 3: organograma da Operação Acolhida  
Fonte: Exército, 2018.

Esta estruturação do Estado-Maior foi evoluindo conforme as necessidades e experiências adquiridas ao longo destes quase quatro anos de missão. Assim, cada seção possui uma finalidade específica, todavia atua sempre interagindo com as demais, seja isoladamente ou em célula. Tal organograma evidencia uma interdependência entre as mesmas com a finalidade de otimizar e dinamizar o fluxo das ações. Isso se traduz em um planejamento multidisciplinar com distintas capacidades, possibilitando a eficiência e eficácia no cumprimento da missão (DUARTE, 2018, p. 152).

Na execução dos trabalhos, foram desdobradas diversas estruturas físicas, distribuídas nos municípios de Pacaraima, Boa Vista e Manaus. Na área de fronteira, a Base Pacaraima é composta por Comando, Posto de Recepção e Identificação (PRI), Posto de Triagem (P Trg), Posto de Atendimento Avançado (PAA), dois Abrigos (sendo um indígena), Companhia da Área de Apoio (apoio administrativo), Grupo da Área de Recreação, Pelotão de Transporte e Manutenção, Pelotão de Polícia do Exército e Seção de Aprovisionamento. Em Boa Vista existe uma Base similar a de Pacaraima, porém, com 12 abrigos, uma área de interiorização e três Postos de Recepção e Apoio (PRA), contíguos à Rodoviária de Boa Vista. Seguindo o eixo da BR 174, em Manaus há uma Base de Apoio Interagências, um PRA, um Posto de Interiorização e Triagem (PI Trg) e um Alojamento de Trânsito, exclusivo para pessoas em processo de interiorização.

Ao cruzar a linha de fronteira, o imigrante passa por uma sequência de procedimentos legais, que iniciam no Posto de Recepção e Identificação (PRI). Ali o imigrante recebe orientações de equipes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), sobre os direitos dos solicitantes de refúgio, e da Organização Internacional para Migrações (OIM), sobre os direitos dos imigrantes e sobre o motivo do seu ingresso em território brasileiro, podendo ser turismo, residência temporária ou refúgio. Os turistas seguem viagem, após o atendimento, mas aqueles que solicitaram residência temporária ou refúgio são encaminhados ao Posto de Triagem. Nas localidades de Boa Vista e Manaus, esse procedimento similar é realizado no Posto de Recepção e Apoio (PRA); além disso, há outras atividades de apoio logístico aos desassistidos.

Cabe ressaltar que há um fluxo intenso na linha de fronteira, principalmente quando um dos países enfrenta um desabastecimento de alimentos e medicamentos e o outro tem uma fronteira vivificada, que é o caso da fronteira norte entre o Brasil

(Pacaraima) e a Venezuela. Assim sendo, segue a figura 4 que ilustra em números e percentual essa realidade vivida naquela região mais setentrional do Brasil. Esses dados simplificam de maneira concisa uma realidade complexa de grandes desafios diários.

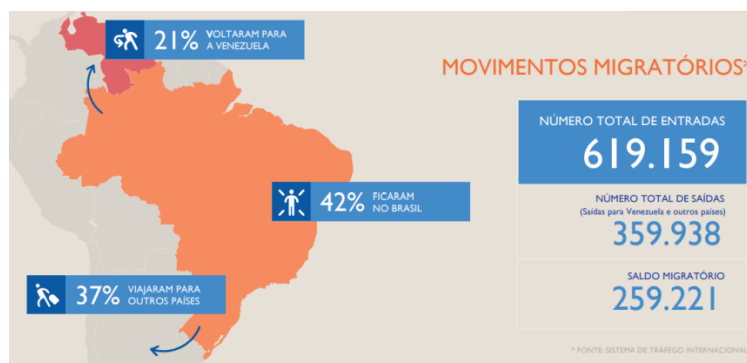


Figura 4: Movimentos migratórios venezuelanos  
Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2021.

Outros dados retratam o tamanho dos problemas vividos na fronteira e que os mesmos não se restringem àquele local, mas tem reflexos para toda a Nação, conforme a figura 5. Neste caso, a Operação Acolhida está trabalhando para controlar os fluxos migratórios visando mitigar o sofrimento dos migrantes e reduzir os impactos negativos para a região fronteira e para o Brasil.

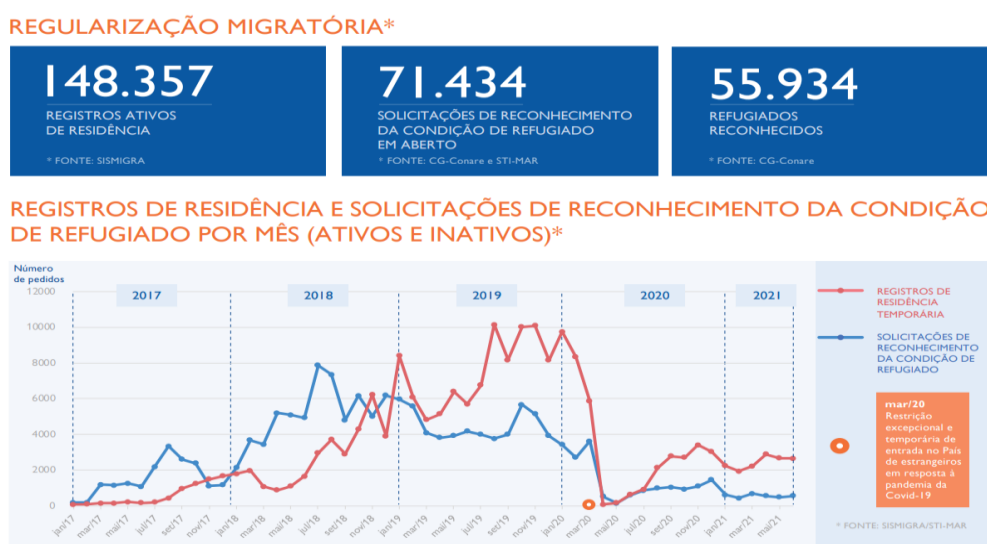


Figura 5: Registros de residência e solicitações de reconhecimento da condição de refugiado por mês (Ativos e Inativos).  
Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2021.

Na sequência, os imigrantes que solicitam residência temporária ou refúgio são encaminhados para o Posto de Triagem (P Trg), que tem Área de Informação (A Info), Área de Revista (AR), Área de Espera Inicial (AEI), Área de Apoio (A Ap), Área de Triagem (A Trg) e Área de Espera Final (AEF). No posto, o imigrante é ordenado por

senha, tem seus pertences inspecionados e passa por uma série de oficinas para identificar problemas médicos, sociais e os interesses pessoais. Os imigrantes que apresentam alguma alteração sanitária são conduzidos ao Posto de Atendimento Avançado (PAA). Ao final desse processo, os migrantes são levados para a Área de Espera Final, onde aguardam o deslocamento para um dos quatro possíveis destinos, conforme manifestação feita, anteriormente, nas oficinas, podendo ser o retorno à Venezuela, Áreas de Destino, Área de Acolhimento ou realocação/interiorização.

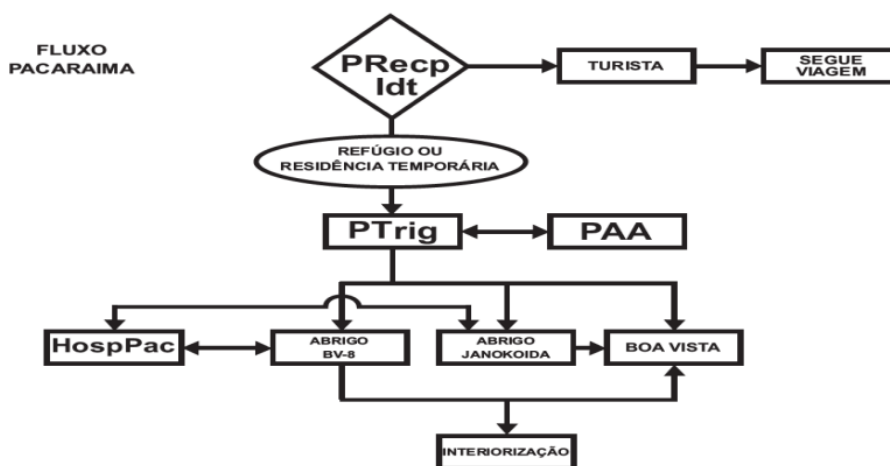


Figura 6: Fluxograma do Ordenamento da Fronteira.  
Fonte: Exército, 2019.

A assistência médico-hospitalar fornecida aos imigrantes acontece em coordenação com as autoridades sanitárias das cidades de Pacaraima e Boa Vista. Desta forma, há em Pacaraima um Posto de Triagem Médica e Imunização, como parte da Área de Triagem; um Posto de Saúde no interior do Pelotão Especial de Fronteira (PEF); um Posto de Saúde no interior da Área de Acolhimento; um Posto de Pronto Atendimento Avançado (PAA); a Farmácia do Posto de Saúde da cidade de Pacaraima; e o Hospital Estadual de Pacaraima, que integram o fluxo de evacuação. Já em Boa Vista há um Posto de Triagem Médica e Imunização, um Posto de Saúde da Área de Acolhimento e dois hospitais (Hospital Geral de Roraima, Hospital da Mulher e da Clínica da criança) (CRUZ, 2020).

O abrigamento é o esteio da Operação Acolhida, evidenciando uma das frentes importantes para amenizar as tensões sociais. O abrigo, genericamente, consiste em uma estrutura física para alojar os imigrantes desassistidos que se submeteram ao processo de refúgio no Brasil. Embora constituído de modestas instalações, o abrigo é fundamental para restaurar a dignidade dos refugiados, nos momentos de



vulnerabilidade. Coube aos militares a construção, manutenção e fornecimento deste apoio, todavia a coordenação dos abrigos é compartilhada com a ACNUR (CRUZ, 2020). O abrigo reúne as condições básicas de hospedagem com apoio de alojamento, alimentação, saúde e assistência social. Cada abrigo possui um público alvo para ocupação, e cabe ao comissariado da ACNUR indicar o melhor abrigo para cada imigrante, após um levantamento do perfil do refugiado e seus familiares (OLIVEIRA, 2018).

A localização dos abrigos na área urbana de Boa Vista baseou-se no processo de interiorização, para facilitar a distribuição desses imigrantes, e no assessoramento da ACNUR, cujos dados indicam que 60% dos refugiados e 80% dos deslocados no mundo vivem em áreas urbanas (CRUZ, 2020).

Atualmente, a Operação Acolhida conta com doze abrigos na capital, sendo um indígena e dois abrigos em Pacaraima, sendo um indígena, perfazendo um total de quatorze. Segundo o relatório da ACNUR, de julho de 2021, a Operação Acolhida conta com cerca de 7.890 venezuelanos abrigados e uma capacidade de abrigamento de 9.451 pessoas (ACNUR, 2021), conforme a figura 4 que representa graficamente a ocupação e capacidade, por abrigo.

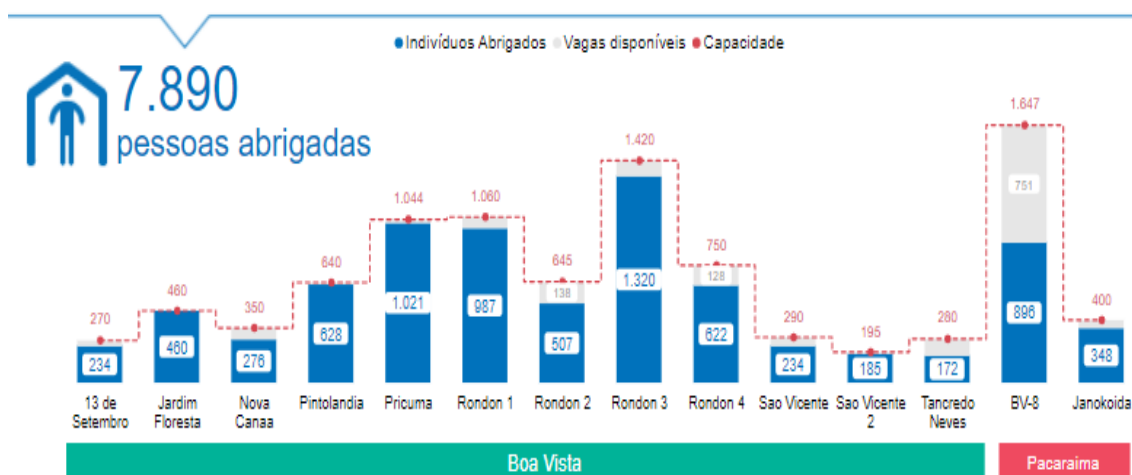


Figura 7: Distribuição dos imigrantes por abrigo.  
Fonte: ACNUR, 2021.

A interiorização, com a finalidade de realocar os migrantes em outros Estados da Federação, proporcionando a promoção de reais condições de inclusão socioeconômica dos refugiados, imigrantes e suas famílias na sociedade brasileira, evidencia a última fase do processo de apoio aos migrantes sob a coordenação da Operação Acolhida e representa, de forma incontestável, o pleno êxito da missão.

Para que essa integração à sociedade brasileira tenha maior probabilidade de sucesso, busca-se distribuir esse contingente de forma equilibrada, associando os perfis sócio profissionais dos imigrantes venezuelanos com as cidades que oferecem oportunidades de emprego, vagas no sistema educacional e oferta de moradia para que os imigrantes possam reconstruir suas vidas no Brasil. A interiorização possui números expressivos de sucesso, com mais de 50 mil pessoas interiorizadas, de abril de 2018 até junho de 2021, em mais de 670 cidades brasileiras em diversas Unidades da Federação (Casa Civil, 2021).

Dessa forma, a interiorização dos migrantes venezuelanos permite a abertura de novas vagas nos abrigos existentes e evita a sobrecarga no Estado de Roraima, incapaz de absorver um efetivo tão elevado de habitantes em situação de vulnerabilidade, diminuindo assim as tensões sociais no Estado e evidenciando o pleno êxito da Operação Acolhida.

Neste contexto, a Operação Acolhida pode ser considerada como um exemplo de sucesso, pois vem contabilizando resultados relevantes, cujos números mostram a importância e envergadura da Operação para a estabilidade social daquela sensível região de fronteira norte, com a mitigação de possíveis reflexos negativos para o Brasil.

## **5 CONTRIBUIÇÕES DA OPERAÇÃO ACOLHIDA PARA A DEFESA NACIONAL**

### **5.1 INTRODUÇÃO**

A construção da história da Nação brasileira é permeada pela participação direta das Forças Armadas, as quais têm prestado relevante contribuição para o crescimento e a estabilização do Brasil. Neste contexto, o Exército Brasileiro é constantemente demandado pela nação, representada por ato político do poder executivo. Assim, as operações de não guerra, denominadas missões subsidiárias, têm ocupado um significativo espaço na agenda da Força Terrestre (NASCIMENTO, 2011).

Embora a operação de não guerra não consista na principal missão do Exército Brasileiro, a atuação da instituição nas diversas frentes subsidiárias conta com um arcabouço legal que inicia no Artigo 142 da Carta Magna de 1988, e depois é descrita

de forma pormenorizada na lei Complementar Federal nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004, e pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, dispõe sobre a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas (PINHO, 2019).

Neste contexto, o poder executivo resolveu empregar as Forças Armadas, determinando ao Exército Brasileiro a missão de coordenar, planejar e executar a Operação Acolhida. Neste propósito, a Operação foi concebida conforme a doutrina militar vigente e pode ser classificada como operação humanitária, conjunta e interagências, que tem por finalidade o acolhimento humanitário de imigrantes venezuelanos no estado de Roraima, cujo fluxo migratório foi fomentado pela crise humanitária (CERÁVOLO, 2019).

Neste escopo, segundo Goldman, para uma questão política entrar no espectro da Segurança Nacional é preciso ter ideia razoavelmente clara sobre a natureza de uma ameaça e as vulnerabilidades do objeto ao qual as ameaças são dirigidas. Desta forma, o Estado deve separar entre ameaça e vulnerabilidade; assim o mesmo pode procurar reduzir as suas inseguranças por meio da diminuição de suas vulnerabilidades ou enfraquecendo as fontes de ameaças (GOLDMAN, 1982, 64).

As regiões fronteiriças são espaços dinâmicos de grande sensibilidade e vulnerabilidade, particularmente no contexto amazônico. Neste prisma, o transbordamento da crise venezuelana trouxe para a área limítrofe entre Brasil e Venezuela, um potencial de instabilidade nas relações socioeconômicas com possíveis ameaças da paz social, podendo resultar em atritos no âmbito da segurança nacional. Neste contexto, antevendo este possível cenário, o Governo Federal securitizou a crise no Estado de Roraima, encetando a Operação Acolhida e colocando o Exército na coordenação da mesma (VAZ, 2017).

A Escola Superior de Guerra (ESG) esclarece que o Poder Nacional deve ser sempre entendido como um todo, uno e indivisível. Entretanto pode-se estudá-lo segundo suas manifestações, que se processam por intermédio de cinco Expressões, a saber: Política; Econômica; Psicossocial; Militar; e Científico-tecnológica. Tal fracionamento do poder em expressões visa facilitar o trabalho de sua avaliação e, em consequência, de sua racional aplicação no âmbito de um processo de

planejamento (ESG, 2020). Assim, o entendimento lógico é de que qualquer reforço nas expressões do poder fortalece o poder e, conseqüentemente, a defesa nacional.

Seguindo o alinhamento com a Estratégia Nacional de Defesa e a Doutrina da maioria das Forças Armadas dos países ocidentais, o Exército Brasileiro passou a adotar a geração de forças por meio do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC). Neste mister, a F Ter desenvolve o seu preparo com base nessas capacidades requeridas, para manter-se permanentemente apta a atuar em conjunto com as demais forças ou de forma isolada, tendo como foco principal a sua destinação constitucional (COTER, 2021).

Partindo da premissa do conceito de segurança ampliada e dentro da Política Nacional de Defesa, a seguir serão apresentadas as contribuições da Operação Acolhida para defesa nacional. Nesse escopo, visando compor o trabalho mais didático possível, serão apresentadas as contribuições separadas nas expressões do poder. Na expressão militar, será explorada com maior ênfase a participação do Exército Brasileiro e sempre ligando tal tarefa/ação a uma capacidade, conforme consta no Catálogo de Capacidades do Exército (2015-2035).

## 5.2 CONTRIBUIÇÕES NA EXPRESSÃO MILITAR

1) No planejamento da Operação realizado pelo EM, considerando o ineditismo da missão, confirmou-se a eficácia do método de planejamento, adestraram-se os militares do EM e foi construída referência para futuras operações desta natureza. Esta tarefa identifica aplicação das capacidades operativas (CO) Preparo da Força e Planejamento e Condução.

2) A Operação Acolhida ocorre com a participação das demais Forças Singulares e agências e órgãos de diversas matizes, caracterizando-se como uma operação conjunta e interagências, evidenciando tanto a CO interoperabilidade conjunta quanto a interagências.

3) A natureza dos combates modernos tende cada vez mais a ocorrer em ambientes humanizados com a presença de pessoas de todas as matizes. Além disso, a Operação está estruturada em contingentes com um efetivo de aproximadamente

500 militares, permanecendo na região em torno de 4 meses. Tal situação proporciona ao EB que parte considerável do seu efetivo conheça aquela importante e sensível região do país. Neste cenário, a Operação Acolhida contribuiu para adestrar nossos quadros, demonstrando a CO de Preparação da Força.

4) A Operação Acolhida reúne ações e tarefas que a classificam de forma incontestemente como uma operação humanitária, vinculando-a de forma direta à ideia força de “mão amiga”, contribuindo para a imagem do EB, caracterizando a CO Comunicação Social.

5) Outro aspecto que caracteriza o cerne da Operação Acolhida é ser uma ação subsidiária, pois a mesma é capaz de cooperar para o desenvolvimento nacional e o bem estar social e para o apoio ao desenvolvimento econômico e de infraestrutura da região norte do país. Tais ganhos para a área de operações demonstra a CO Ações Subsidiárias.

6) Para implantação da infraestrutura das bases houve um grande aporte de recursos financeiros e sua gestão coube aos militares do EM da Operação Acolhida, o que evidencia a CO Gestão de Recursos Financeiros.

7) Por ocasião da determinação para a implantação da Operação no Estado de Roraima, houve um deslocamento de recursos humanos e materiais de todo Brasil para aquele Estado, caracterizando as CO Mobilidade Estratégica, Suporte à Projeção de Força e Prontidão.

8) Considerando que as tensões sociais geradas pela crise humanitária poderiam desencadear sérios conflitos locais com potencial para uma crise internacional com possibilidade de contenda entre países naquela região rica, sensível e distante dos grandes centros decisórios do país, a Operação acolhida foi capaz de executar atividades e tarefas com o objetivo de dissuadir, prevenir e/ou enfrentar uma ameaça potencial ou real, mitigando as tensões evidenciando a CO Ação Terrestre.

9) Na construção dos abrigos e das bases da Operação Acolhida houve o emprego de militares e máquinas do 6º Batalhão de Engenharia de Combate. Desta forma, as ações e tarefas desempenhadas pelos militares de engenharia evidenciam as CO Infraestrutura da Área de Operações e Mobilidade e Contramobilidade.

10) Conforme consta nos capítulos anteriores, a Operação Acolhida ergueu e mobiliou instalações de saúde destinadas ao atendimento médico-hospitalar dos migrantes venezuelanos. Tais ações caracterizam a CO Saúde nas Operações.

11) Outra frente intensamente trabalhada na Operação Acolhida é o apoio logístico para sustentar a força desdobrada e os abrigados venezuelanos. Desta forma, as tarefas de planejar, monitorar e controlar o apoio logístico, permitindo a identificação antecipada e solução das necessidades logísticas, evidenciam a CO Gestão e Coordenação Logística.

12) O Estado-Maior da Operação Acolhida está estruturado em seções que atuam isoladamente ou em células otimizando e dinamizando o fluxo das ações e informações de conhecimentos coletados ou produzidos por instituições militares e civis proporcionando suporte aos Comandantes, em todos os níveis de decisão. Desta maneira, fica caracterizado a CO Gestão do Conhecimento e das Informações.

### 5.3 CONTRIBUIÇÕES NA EXPRESSÃO ECONÔMICA.

1) Durante a implantação e execução da Operação Acolhida foram utilizados, em média, cerca de 170 milhões de reais/ano. Desta quantia, grande parte é utilizada na economia regional, fomentando a economia local.

2) A Operação Acolhida faz um rodízio de militares com uma frequência de 5 meses com cerca de 500 militares, contribuindo para uma maior circulação de recursos naquela região, produzindo um impacto significativo no fortalecimento da economia local.

3) Outra contribuição importante da Operação Acolhida é o levantamento da oferta de mão de obra, feita por meio da triagem, cadastramento e interiorização dos imigrantes, proporcionando da melhor forma a inserção da força de trabalho no mercado, promovendo a economia local e nacional.

4) Buscando a sustentabilidade das ações de assistência, a Casa Civil assinou o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a União e a Fundação Banco do Brasil (FBB). Tal acordo visa promover e articular iniciativas da sociedade civil, governos e organismos internacionais para o atendimento às necessidades de migrantes e

refugiados venezuelanos. Essa iniciativa demonstra a possibilidade de fortalecimento dos recursos financeiros para a Operação e a região.

#### 5.4 CONTRIBUIÇÕES NA EXPRESSÃO POLÍTICA.

1) A Operação acolhida mitigou as pressões socioeconômicas na faixa de fronteira, contribuindo para ações políticas voltadas para a harmonia entre os povos e fortaleceu a política de defesa nacional.

2) A decisão política de empregar as Forças Armadas, e em particular o Exército Brasileiro, na coordenação da Operação Acolhida contribuiu para imparcialidade na condução da operação e fortaleceu a defesa nacional naquela afastada e importante região do Brasil.

3) A criação do Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE), pelo Governo Federal, composto por 12 Ministérios, para acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária demonstra a importância da Operação Acolhida no contexto do país, evidenciando a presença do Estado e a soberania naquela região.

4) A Operação Acolhida atua em cooperação e coordenação com agências e instituições nos níveis federal, estadual e municipal, além de outras instâncias do Poder Público. Tal característica mostra a amplitude da expressão política da Operação.

#### 5.5 CONTRIBUIÇÕES NA EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL

1) O levantamento social dos imigrantes realizado pela ACNUR permite uma melhor colocação do imigrante no mercado de trabalho na própria região norte ou por meio da interiorização.

2) A recepção e acolhimento dos imigrantes com alimentação e hospedagem restabelece a dignidade dos venezuelanos.

3) Os trabalhos realizados pelas equipes educacionais, voltados para o ensino do idioma português aos imigrantes venezuelanos, melhoram a inclusão social do mesmo na sociedade brasileira.

4) Outro trabalho importante realizado pela equipe da Operação Acolhida voltada para o imigrante é a assistência médico-hospitalar. Essa atenção, que se inicia na recepção e se perpetua durante o acolhimento nos abrigos, melhora as condições de saúde dos imigrantes, facilitando sua inclusão socioeconômica na sociedade brasileira.

5) Todo o portfólio dos trabalhos realizados junto ao imigrante e seus dependentes auxilia os mesmos na integração à sociedade brasileira, diminuindo assim a violência e a probabilidade de xenofobia.

## 5.6 CONTRIBUIÇÕES NA EXPRESSÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA

1) Nos processos de controle desenvolvidos pelo EM, algumas ferramentas gerenciais para melhor controle e gerenciamento dos dados pertinentes à crise humanitária, como exemplo cito o sistema denominado Guardiã, desenvolvido pelo ST Hilton de Oliveira, do Comando de Operações Terrestres (COTER), que possibilita cadastrar todos os dados de venezuelanos que passam pelo Posto de Triagem, com o objetivo de gerenciar e apoiar as interiorizações de imigrantes, facilitando e agilizando a tomada de decisão.

2) Baseado na inteligência artificial, foi desenvolvido o *chatbot* CHAMA, vinculado a uma conta de *WhatsApp*. Esta ferramenta responde, por meio de um roteiro básico, as principais dúvidas dos refugiados e migrantes venezuelanos em território brasileiro, reduzindo os impactos das notícias falsas que estão sendo propagadas entre esta população.

3) Outra iniciativa que fortaleceu a expressão científico-tecnológica foi a criação da rádio comunitária chamada “La Voz de los Refugiados”, que opera em alguns dos abrigos, coordenada pelos próprios imigrantes venezuelanos.



## 5.7 CONTRIBUIÇÕES DA OPERAÇÃO ACOLHIDA PARA A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

Durante a Operação Acolhida, várias ações e tarefas contribuíram para o atingimento de objetivos nacionais de defesa, abordados na quarta parte da PND. Esta associação será exposta em uma tabela a seguir.

OBJETIVOS	CONTRIBUIÇÕES
I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial	Controle do fluxo migratório da fronteira, proporcionando a ordem jurídica e a paz social e mantendo a autoridade do Estado na região de fronteira mais setentrional do Brasil
II. Assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças.	A Operação Acolhida proporcionou às Forças Armadas aquisição e aperfeiçoamento das capacidades necessárias para realizar a vigilância, o controle e a defesa do território. Além disso, pelo seu ineditismo, contribuiu para um contínuo aperfeiçoamento das técnicas e da doutrina de emprego das Forças, de forma singular e conjunta, com foco na interoperabilidade.
IV. Preservar a coesão e a unidade nacionais.	A operação Acolhida restaurou e garantiu aos brasileiros o pleno exercício dos direitos e deveres constitucionais, proporcionando a estabilidade na fronteira e restabelecendo as condições de saúde e segurança para todos.
VII. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais.	A Operação Acolhida assegurou o controle e acolhimento dos imigrantes venezuelanos, conforme os acordos internacionais, cooperando para a estabilidade regional fronteiriça.
VIII. Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.	A Operação Acolhida é reconhecida internacionalmente como um caso de sucesso, elevando a boa imagem do Brasil no cenário internacional. Tal fato fortalece e respalda a participação do Brasil em organismos e fóruns internacionais, em operações internacionais e na cooperação com outros países, possibilitando auferir maior influência nas decisões em questões globais.

## 6 CONCLUSÃO

A Operação Acolhida foi criada em 2018 pelo Governo Federal com a finalidade de mitigar os impactos da crise humanitária provocada pelo fluxo migratório venezuelano, o qual extrapolou a capacidade do Estado de Roraima em absorver e gerir, isoladamente. Assim, a Operação Acolhida, sob a coordenação do Exército Brasileiro, materializou uma intervenção federal em Roraima, caracterizando a securitização do problema.

De acordo com Brasil (2017), os espaços humanizados tornaram-se cenário principal dos combates modernos, tornando-os mais complexos e desafiadores. Neste propósito, a Operação Acolhida, classificada como humanitária, conjunta e interagência, proporciona inúmeras contribuições para expertise, doutrina e defesa nacional, que foram elencadas, âmbito do EB, por meio das capacidades aperfeiçoadas e adquiridas.

As contribuições para a defesa foram balizadas pela PND, documento de mais alto nível que versa sobre a defesa nacional. O conceito amplo de defesa nacional adotado por aquele caderno foi o mesmo que direcionou este trabalho.

Desta maneira, este trabalho demonstrou de forma inconteste que a Operação Acolhida, além de ser considerada pela Organização das Nações Unidas como uma solução exitosa para crise migratória, ratificando a excelente imagem e aceitação das Forças Armadas – em destaque o Exército Brasileiro – entre a população, contribui com a segurança e defesa nacional seja de forma direta, apaziguando potenciais focos de tensões, seja reforçando as expressões de poder.

Por fim, esse trabalho não esgota as contribuições da Operação Acolhida para a defesa, haja vista que a análise se limitou à óptica da PND. Portanto, novos trabalhos sobre outras contribuições poderão complementar este estudo.

## 7 REFERÊNCIAS

ACNUR. **Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados**. Brasília-DF. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/>. Acesso em 23 de junho de 2021.

ALVAREZ, Heitor. O Papel das Forças Armadas no Atual Estado Brasileiro. 2017. Disponível em: <https://heitorfa.jusbrasil.com.br/artigos/445785694/o-papel-dasforças-armadas-no-atual-estado-brasileiro>. Acesso em: 10 jul. 2021.

AYOOB, Mohammed. The Security Predicament of the Third World State: Reflections on State-Making in a Comparative Perspective In: Job, Brian (Ed.). The Insecurity Dilemma: National Security of Third World States. Boulder, C.O.: Lynne Rienner Publishers, 1992, p. 63-80.

BECKER, Bertha Koiffman. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. ed. RJ: Garamound, 2007.

BRANDÃO, Ana (2004) – **Segurança: um conceito contestado em debate**. In, Informações e Segurança: Livro em Honra do General Pedro Cardoso. Lisboa: Editora Prefácio. p. 37-56.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília/DF, 1988. Disponível em: Acesso em: 03 janeiro 2020.

BRASIL. **Decreto no 9.285**. 15 de fevereiro de 2018a. Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9285.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9285.htm) Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Decreto no 9.286. 15 de fevereiro de 2018b. Define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Disponível em. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

BRASIL **Escola Superior de Guerra. Manual Básico: Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2019.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília-DF, 2020, Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf) . Acesso em 08 de junho de 2020a.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. Brasília-DF, 2020, Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf). Acesso em 08 de junho de 2020b.

BRASIL. Lei complementar nr 97 de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp97.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm). Acesso em 10 de junho de 2021.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2020. Disponível em: Acesso em 03 janeiro de 2020c.

Buzan, Barry, Waever, Ole e Wilde, Jaap de. Security. A New Framework for Analysis. Boulder, C.O.: Lynne Reinner Publishers, 1998.

CASTLES, Stephen. Why migration policies fail. Ethnic and racial studies, v. 27, n. 2, p. 205-227, 2004.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Operação Acolhida**, 2021. Disponível em: [Acolhida — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em: 17 junho de 2021.

CERÁVOLO, Luiz Eduardo Santos. **Respostas do Governo Brasileiro frente à migração de venezuelanos para Roraima (2015 – 2018)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

COUTO, Abel Cabral (1988) – **Elementos de estratégia - Apontamentos para um curso. Pedrouços**: Instituto de Alto Estudos Militares. Vol. I

CRUZ, Luiz Eduardo Santos. **Um estudo sobre a Operação Acolhida**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

DUARTE, ÁLVARO. **O papel do Exército Brasileiro frente à crise migratória venezuelana no estado de roraima: considerações sobre as operações “acolhida”, “controle” e “tucuxi”**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Roraima (UFRR). Boa Vista, Roraima, 2019. P.152

EVANGELISTA, R L S. Os reflexos da imigração Venezuelana: perfil dos imigrantes, segurança pública e saúde pública. Roraima, 2017.

\_\_\_\_\_. Exército. **EB20-MF-10.101**: O Exército Brasileiro. 2ª edição. Brasília, DF, 2

\_\_\_\_\_. Exército. EB20-MF-10.102. Exército Brasileiro. 2ª edição. Brasília, DF, 2019 Doutrina Militar Terrestre.

2014a. 82 p.

\_\_\_\_\_. Exército. **EB70-MC-10.223**: Operações. 5. ed. Brasília, DF, 2017.

\_\_\_\_\_. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Compêndio Nº 001 - Operação Acolhida**. Brasília, DF, 2019.

FLOURNOY, Michèle A. e TANGREDI, Sam J.. Defense Strategy Alternatives: Choosing Where to Place Emphasis and Where to Accept Risk. In: FLOURNOY, Michèle A. (Ed.). *QDR 2001. Strategy-Driven Choices for America's Security* Washington, DC: National Defense University Press, 2001, p. 137-166.

Flournoy, Michèle A. Introduction: Twelve Strategy Decisions. In: Flournoy, Michèle A. (Ed.). *QDR 2001. Strategy-Driven Choices for America's Security*. Washington, DC: National Defense University Press, 2001, p. 3-24.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "Área do Brasil"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/area-brasil.htm>. Acesso em 12 de junho de 2021.

FREITAS, A. **Estudos sociais de Roraima: geografia e história**. São Paulo: CorPrint, 1998.

FREITAS, A. **Geografia e história de Roraima. Manaus**: Grafima, 1997.

GOLDMAN, Kjell. **Det Internationella Systemet. Stockholm**: Aldus, 1978, p. 64, apud SUNDELIS, Bengt. *Coping with structural security threats*. In: HÖLL, Otmar (Ed.), *Small States in Europe and Dependence*. Vienna: Austrian Institute for International Affairs, 1983, p. 298.

Goldman, Kjell. Det Internationella Systemet. Stockholm: Aldus, 1978, p. 64, apud Sundelius, Bengt. *Coping with structural security threats*. In: Höll, Otmar (Ed.), *Small States in Europe and Dependence*. Vienna: Austrian Institute for International Affairs, 1983, p. 298.

GROPPALI, Alexandre. **Doutrina do estado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1968.

HOBBS, Thomas. **Leviathan** – or the matter, form & power of a common-wealth ecclesiastical and civil. By Thomas Hobbes of Malmesbury. Printed for Andrew Crooke, at the Green Dragon in St. Paul's Churchyard, 1651. 10th edition. Project Gutenberg Ebook.

JESUS, Alfredo Zandonardi. **Reflexões sobre a atual constituição da 1ª Brigada de Infantaria de Selva**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

JORDAN, Amos A.; TAYLOR, William J.; MAZARR, Michael J.. *American National Security*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. **MD35-G-01: O Exército Brasileiro**. 1. ed. Brasília, DF, 2015. 84 p.

\_\_\_\_\_. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Diretriz de Planejamento Operação Militar Nr 03/18**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estrutura organizacional**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/composicao> . Acesso em: 12 junho de 2021.

MIGRAÇÕES, O. I. **Glossário sobre migração**. Genebra, 2009

MILESI, Rosita. Refugiados e migrações forçadas: uma reflexão aos 20 anos da Declaração de Cartagena. ed Ministério da Justiça. 10p. Disponível em: agosto 2014.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Diretriz Ministerial de no 03/2018**. 28 de fevereiro de 2018a. Operação Acolhida

Ministério da Justiça e Segurança Pública - Resumo Executivo - Relatório Anual do OBmigra, 2020, Disponível em: [Resumo Executivo Relatório Anual.pdf \(mj.gov.br\)](#). Acesso em 15 junho de 2021.

Ministério da Justiça e Segurança Pública. Informe - Migração Venezuelana janeiro 2017 - junho 2021 do OIM, ONU migração, 2020, Disponível em: [informe-migracao-venezuelana- jan2017-jun2021 \(iom.int\)](#). Acesso em 10 junho de 2021.

MOSKOS, C.; WILLIAMS, J.; SEGAL, D. **The Postmodern Military: Armed Forces after the Cold War Oxford University Press**. USA (December 30, 1999), 2000.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. Exército e Nação: A construção da nacionalidade brasileira e os militares. IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area6/area6-artigo4.pdf>. Acesso em 21 junho de 2021.

NEUMAN, Stephanie G. Defense Planning in Less-Industrialized States. Lexington, Massachusetts, Toronto: Lexington Books, 1984.

OLIVEIRA. George Alberto Garcia de. **A utilização do componente militar brasileiro frente à crise migratória da Venezuela**. Military Review. nov 2018, p. 11

PAIVA, A. L. B. ; LEITE, Ana Paula M. R. ; MONFREDO, Cintiene S. . Movimentos populacionais e desafios de gestão na fronteira norte: um estudo de caso do fluxo migratório venezuelano. In: AYRES PINTO, D.; FREIRE, M. R.; CHAVES, D.. (Org.). Fronteiras Migratórias Comparadas: desenvolvimento, segurança e cidadania. 1ed. Macapá: UNIFAP, 2019, v. 1, p. 1-258.

PINHO, Alessandro Paiva De. **O Exército Brasileiro na Operação Acolhida**. Trabalho de conclusão de curso (especialista em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

REIS, B. C. Ensaio em torno de uma cultura estratégica portuguesa. **Revista Nação e Defesa**, [Porto], n. 136, p. 9-33, 2013.

RORAIMA. Decreto nº 22.199 -e de 6 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional ES-PIN nos municípios de Pacaraima e Boa Vista em decorrência dos impactos ocasionados pelo intenso e constante fluxo migratório no Sistema Único de Saúde, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Roraima, Boa Vista, 6 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://imprensaoficial.rr.gov.br/> . Acesso em: 16 jun. 2021.

RUDZIT, Gunther; NOGAMI, Otto. Segurança e defesa nacionais: conceitos básicos para uma análise. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, 53 (1), p. 5-24, 2010.

Thomas, Caroline. In Search of Security: The Third World in International Relations. Boulder, C.O.: Lynne Rienner Publishers, 1987.

VAZ, Alcides Costa. A crise venezuelana como fator de instabilidade regional. **Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica**, v. 3, n. 3, p. 1-7, 2017.

Waeber, Ole. Securitization and Desecuritization, In: Lipschutz, Ronnie D. (Ed.). On Security. New York: Columbia University Press, 1995, p. 46-86.